



Revista Eletrônica

TJBA

em Ação



EM DEFESA DA MULHER

Tribunal de Justiça da Bahia sedia,
pela primeira vez, a Jornada Maria da Penha

PESQUISA
DE OPINIÃO

TJBA tem serviços aprovados

INFÂNCIA
E JUVENTUDE

Atividades lúdicas no circo e no metrô

TEIA DA
SUSTENTABILIDADE

Tribunais unidos pela causa



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



facebook.com/TribunalJusticaBA



instagram.com/tjbaoficial



twitter.com/tjbahia



youtube.com/tribunaljusticaba



flickr.com/tjbahia



soundcloud.com/tjbahia



Expediente

Presidente

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago

1º. Vice-presidente

Desa. Maria da Purificação da Silva

2º. vice-presidente

Desa. Lícia de Castro Laranjeira Carvalho

Corregedor-geral da Justiça

Des. Osvaldo de Almeida Bomfim

Corregedoria das Comarcas do Interior

Desa. Cynthia Maria Pina Resende

Conselho Editorial

Juíza Verônica Ramiro

Carlos Machado

Cícero Moura

Flávio Novaes

Igor Caires

Joana Pinheiro

Assessoria de Comunicação / Jornalista Responsável

Flávio Novaes (DRT-1724) - Coordenação editorial

Edição

Ronaldo Jacobina (DRT-2348)

Reportagem e textos

Ari Donato (DRT-712)

Projeto Gráfico

Adriano Biset Queiroz

Repórter Fotográfico

Nei Pinto

Colunista

Adriana Barreto

Estagiários

Marcos Maia

Secretária

Surânia Franco Lima Sales

Colaboradores

Carlos Machado

Raquel Lacerda

Rayane Araújo

Gabriel Pondé

Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO,

Nº 14, Ano II, Agosto de 2017

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br

Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538

whatsapp (71) 98118.2361



Com a palavra ...

Estamos em mais uma edição de nossa Revista TJBA EM AÇÃO. Mês dos pais, dos magistrados, advogados. Mês de trabalho, bastante trabalho. Um dos temas abordados nesta edição é o acompanhamento das rotinas cartorárias nas unidades de Fazenda Pública, realizado pela Diretoria de 1º Grau, com o objetivo de sanear os acervos físicos e, conseqüentemente, aumentar a produtividade e eficiência dessas especializadas. A Vara de Fazenda Pública da comarca de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, por exemplo, realizou a baixa e arquivamento de 15.718 processos durante o primeiro semestre de 2017, o que representa um acréscimo de 52% em relação aos números de todo o ano de 2016, quando 7.518 foram arquivados e baixados.

Em outra frente, mas ainda com foco voltado ao primeiro grau, abordamos o Manual de Práticas Cartorárias, elaborado também pela DPG, em parceria com as corregedorias Geral de Justiça e das Comarcas do Interior, e com participação de magistrados e servidores. O lançamento ocorreu em 19 de julho, no Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa, e representa o resultado de atividades iniciadas em outubro do ano passado. Magistrados e servidores terão seu trabalho imensamente facilitado por esse instrumento de consulta e poderão oferecer uma prestação jurisdicional ainda mais célere e eficaz.

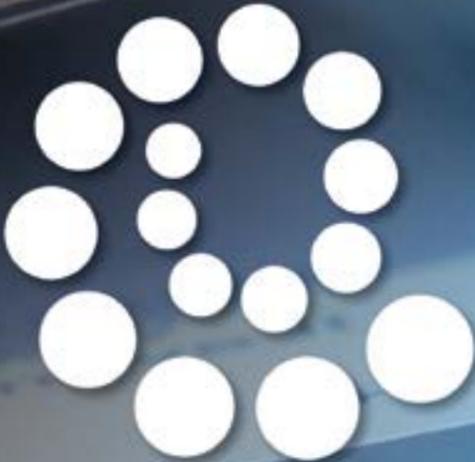
A Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan) divulgou durante a segunda Reunião de Análise Estratégica (RAE), os resultados da Pesquisa de Opinião do Tribunal de Justiça da Bahia, realizada entre os dias 22 e 26 de maio deste ano. Alguns números interessantes foram colhidos e todos poderão tomar conhecimento da percepção dos jurisdicionados em relação à qualidade dos serviços assegurados pelo Judiciário baiano.

A assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica que cria a Teia de Sustentabilidade do Poder Judiciário da Bahia é um tema dos mais importantes, e não poderia deixar de ser abordado em nossa Revista. A assinatura do protocolo marcou a abertura do 1º Encontro da Teia de Sustentabilidade do Poder Judiciário da Bahia e nos aproximou do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, do Tribunal Regional Federal, Ministério Público Federal e do Tribunal Regional Eleitoral, com objetivo de desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Por fim, tivemos a imensa satisfação de receber a XI Jornada Maria da Penha, pela primeira vez realizada fora de Brasília. O evento, aberto pela presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, contou com a transmissão ao vivo pelo canal do TJBA no YouTube.

Como visto, assuntos não faltam para que possamos conhecer um pouco do que está sendo feito em nossa Casa da Justiça. Há muito mais por fazer, mas isso não nos esmorece. Uma boa leitura.

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente



UNICORP

UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA

CONHECIMENTO
A SERVIÇO DA JUSTIÇA

www.tjba.jus.br/unicorp

SUMÁRIO



6

6 Justiça pela Paz em Casa



10

10 Serviço testado e aprovado

14 Alegria fora de casa

18 Práticas cartorárias

22 Por um mundo mais verde



14



18

26 Produtividade em alta

30 Álbum de Trabalho

32 TJ Social

34 Justiça Cult

38 Tirando de Letra



22



a presidente do TJBA. Na oportunidade, a coordenadora da Comissão Nacional da Violência Doméstica, Érica Canuto, também apresentou sugestões do Ministério Público.

O governador da Bahia, Rui Costa; a conselheira do CNJ, desembargadora Daldice Santana; o desembargador José Rotondano, presidente do TRE-BA; a desembargadora Nágila Brito, responsável pela Coordenadoria da Mulher do TJBA; a procuradora geral do Ministério Público da Bahia, Ediene Lousado; o defensor público geral, Clériston Macedo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ângelo Coronel; o procurador geral do estado, Paulo Moreno; e a vice-presidente da OAB-BA, Ana Patrícia Dantas Leão, estavam entre as autoridades que marcaram presença no evento.

Nova Unidade

Durante a Jornada, a ministra e a presidente do TJBA reuniram-se com os juizes criminais da Bahia e participaram da instalação da 3ª Vara da Justiça pela Paz em Casa de Salvador, no Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge), na Avenida Paralela. A implantação de mais unidade, que faz parte da rede de proteção à mulher, fortalece o combate à violência doméstica e familiar e demonstra o empenho do Judiciário baiano com a causa.

A 3ª Vara funcionará dentro da perspectiva de aplicação da Justiça Restaurativa. "Estamos trazendo essa nova forma de trabalho para também ser incluída nos casos de violência contra a mulher", comentou a juíza titular da nova unidade, Marta Moreira. Ela salienta que a Justiça Restaurativa atualmente já é aplicada nos juizados criminais em casos de menor potencialidade que envolvem relações caracterizadas pela proximidade, como a de vizinhos.

Em breve pronunciamento, a desembargadora Nágila Brito, responsável pela Coordenadoria da Mulher do TJBA, destacou a figura da ministra Cármen Lúcia como principal inspiração para a instalação da unidade. "A mulher é o nosso sujeito de direito por excelência. A Justiça Restaurativa é um instrumento a mais para ajudar

JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Ministra Cármen Lúcia visita a Bahia para participar de ações contra a violência doméstica

Em defesa da mulher - pelo enfrentamento da violência doméstica e fortalecimento da rede de proteção, com a restauração do laço familiar. Eis o compromisso que a ministra Cármen Lúcia, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), e a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, reafirmaram juntas, durante a abertura da XI Jornada Maria da Penha, dia 18 de agosto, em Salvador.

A ministra fez questão de vir à capital baiana - que sediou a primeira edição da jornada realizada fora de Brasília - para a abertura do evento. Ela recebeu as boas vindas da presidente do TJBA e defendeu a pacificação da sociedade como solução para a discriminação e para a violência que afetam milhões de mulheres diariamente, em formas variadas.

A presidente do TJBA ressaltou a importância das políticas nacionais de enfrentamento à violência doméstica e o compromisso do Judiciário baiano com a causa. A ministra Cármen Lúcia destacou que a justiça do século XXI deve punir nos termos da lei, mas deve também pensar nas razões que desencadearam a violência, para que se possa restaurar a tecitura social.

Nesta edição, a Jornada Maria da Penha adotou como temática a importância da Justiça Restaurativa na potencialização da aplicação da Lei Maria da Penha, como uma oportunidade de todo o núcleo familiar ser inserido no debate acerca do tema.

"É preciso repensar o papel do Poder Judiciário e promover a justiça pela paz em casa. Justiça que se restaura não é para o Judiciário se refazer, para o processo não andar, para o agressor

não ser punido, mas para que a punição venha e se promova, a partir dali, a restauração da amizade entre as famílias envolvidas, que se busque a pacificação", disse a ministra.

O evento contou com mesa redonda e oficinas de círculos de construção de paz para os magistrados conhecerem a aplicação da técnica restaurativa. Participaram membros da magistratura dos Tribunais de Justiça, do Ministério Público, Defensoria Pública e representantes do Poder Executivo, atuantes nos órgãos referentes a aplicação da Lei Maria da Penha.

Ao final do encontro, foi elaborada uma Carta de Intenções com alternativas e sugestões que possam contribuir para o aprimoramento da aplicação da Lei. A juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Andremara dos Santos, entregou as propostas para



Acompanhada da presidente do TJBA, Maria do Socorro, ministra Cármen Lúcia visita as instalações da penitenciária feminina

as mulheres a superarem suas crises, vivendo sem violência. Porque todos nós nascemos para sermos felizes”, afirmou. Ao final do discurso, emocionada, recebeu um demorado abraço da ministra. Em seguida, a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago e a ministra Cármen Lúcia descerraram a placa de inauguração e visitaram as instalações da unidade.

O evento de inauguração desta unidade também marcou a assinatura de termo de adesão do TJBA com o governo do estado, através da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap). O acordo formaliza a doação de um imóvel no bairro de Amaralina que será utilizado pela secretaria para abrigar e implementar um programa de acolhimento psicológico e socioeducativo de gestantes e puérperas em situação de privação de liberdade. O ambiente também promoverá acompanhamento a crianças nascidas em situação de cárcere no sistema penitenciário da Bahia.

Aproveitando a vinda à Salvador, a ministra, acompanhada da presidente do TJBA, realizou também uma

“

É preciso repensar o papel do Poder Judiciário e promover a Justiça pela Paz em Casa. Justiça que se restaura, não é para o Judiciário se refazer, para o processo não andar, para o agressor não ser punido, mas para que a punição venha, e se promova, a partir dali, a restauração da amizade entre as famílias envolvidas

”

Ministra Cármen Lúcia,
Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

visita surpresa ao Complexo Penitenciário da Mata Escura, para avaliar a situação da população carcerária da capital baiana.

Justiça Restaurativa

Este ano, a Jornada Maria da Penha aconteceu uma semana antes da 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, realizada de 21 a 25 de agosto, em todo o país.

O evento conta com a parceria das varas e juizados especializados em violência doméstica e visa ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha, com julgamentos concentrados de ações penais relativas à violência de gênero. Mais de um milhão de processos relativos à violência doméstica tramitam hoje na Justiça brasileira.

As comarcas baianas se empenham para priorizar audiências e julgamentos de processos relativos à violência doméstica contra a mulher. O TJBA realiza também, em Salvador um ciclo de palestras com temas voltados ao enfrentamento dos crimes praticados contra a mulher, dentro de uma perspectiva jurídica contemporânea.

Inauguração da 3ª Vara da Justiça pela Paz em Casa



Abertura da XI Jornada Lei Maria da Penha



Reunião interna na presidência do TJBA





SERVIÇO TESTADO E APROVADO

Pesquisa de opinião realizada pela Seplan revela que 86,54% dos entrevistados acreditam que vale a pena procurar o Judiciário

Vinte e três de maio de 2017, Comarca de Conceição do Jacuípe. Para Marcus Vinícius Queiroz Brandão, 25 anos, que aguardava ser atendido no Cartório de Registro, o dia foi diferente da sua rotina envolvendo números e coordenação de pessoal. O administrador de empresas foi convidado a refletir acerca do seu nível de satisfação e confiança relativo à qualidade dos serviços oferecidos pelo Judiciário baiano.

Naquela mesma semana, ele e outros 2.443 jurisdicionados de 51 comarcas do estado participaram da Pesquisa de Opinião do Tribunal de Justiça da Bahia, marco de percepção organizacional, conforme ressaltou a chefe do Poder Judiciário, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, durante a II Reunião de Análise Estratégica (RAE), realizada no mês passado.

Na oportunidade, o secretário de Planejamento, Igor Caires, difundiu os resultados da pesquisa, que investigou

o tipo de serviço e de unidade procurados pelo jurisdicionado, o grau de interesse em realizar acordos e a eficácia e a rapidez dos julgamentos das causas, entre outros temas. Dos entrevistados, 86,54% responderam que “vale a pena procurar o Judiciário”, cuja qualidade dos serviços foi aprovada por 76,47%.

Em relação às apreciações dirigidas à infraestrutura, Caires chamou a atenção para o fato de os resultados terem sido ainda mais positivos: acima de 90% dos pesquisados opinaram que a higiene e limpeza é boa ou excelente. No que toca às instalações físicas, essa mesma percepção correspondeu a cerca de 80%.

Outros tópicos do formulário investigativo que reuniram considerações satisfatórias, ainda de acordo com o secretário, são a segurança, acessibilidade e sinalização interna das unidades. Nesse quesito, ele aproveitou para elogiar o rendimento de Irecê, no Centro-Norte



Pesquisa de opinião foi realizada em 51 comarcas do Estado da Bahia

do estado. Na maior parte dos itens de infraestrutura, a comarca esteve entre as três mais bem conceituadas.

Metodologia

“De suma importância para a tomada de decisões, pesquisas como a que foi divulgada hoje oferecem, através de dados científicos concretos, subsídios imprescindíveis às medidas de aprimoramento da estratégia do tribunal”, disse, esclarecendo que a iniciativa

atende a exigências das resoluções Nº 03/2015 e Nº 198/2014, do TJBA e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), respectivamente.

Segundo o assessor técnico do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGE), Epaminondas de Vasconcellos Couto, a investigação, desenvolvida pela Seplan - por meio do núcleo, coordenado por Alessandro Santos -, examinou e tabulou os dados através de análise estatística e seguindo o ri-

gor da metodologia científica. Ele explicou que a escolha das comarcas e a definição das respectivas amostras de questionários basearam-se na combinação das variáveis População e Média de Casos Novos no Último Triênio.

Apoio técnico

Para garantir o sucesso dos trabalhos, bem como a obediência aos preceitos metodológicos, integrantes da Seplan visitaram boa parte das unidades, for-

necendo informações a respeito da aplicação dos formulários. O tipo de abordagem e a obrigatoriedade do uso do crachá foram algumas das orientações dadas aos administradores dos fóruns e aos servidores designados para atuar como pesquisadores.

A administradora do Fórum Duarte Moniz, na Comarca de Brumado, Eliana Meire dos Santos, exaltou a pesquisa de opinião e o suporte prestado pelo tribunal. Para ela, o único obstáculo na realização das entrevistas referiu-se ao fluxo de jurisdicionados do fórum local, comparativamente aquém da demanda de comarcas maiores. “Independentemente disso, essa ação tem por mérito estreitar os laços e a comunicação entre a capital e o interior do estado”, comentou.

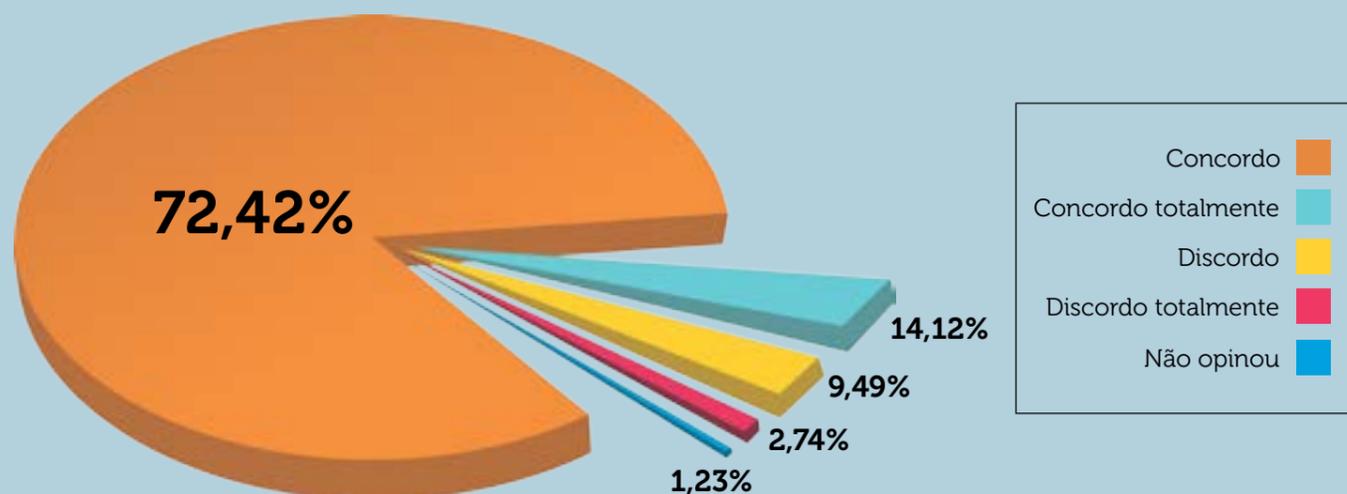
Partindo dessa premissa, e considerando ainda a relevância de aplicar periodicamente consultas similares, Igor Caires afirmou que, em breve, também ouvirá servidores e operadores do Direito com o objetivo de desenvolver uma percepção mais ampla do Judiciário baiano. “Apesar das dificuldades, inerentes a qualquer órgão público, a pesquisa mostrou que o usuário ainda confia na justiça e que, portanto, contamos com o apoio da sociedade para aprimorar os nossos serviços”, concluiu.

Exemplo dessa relação de confiança, o administrador Marcus Vinícius Queiroz Brandão ficou satisfeito com o atendimento no cartório da Comarca de Conceição do Jacuípe e, quando o assunto foi a pesquisa de opinião, não poupou elogios: “Iniciativas como essa são de extrema importância para melhorar os serviços que ainda precisam ser aprimorados, sim, mas também para manter a qualidade daqueles que já funcionam”.

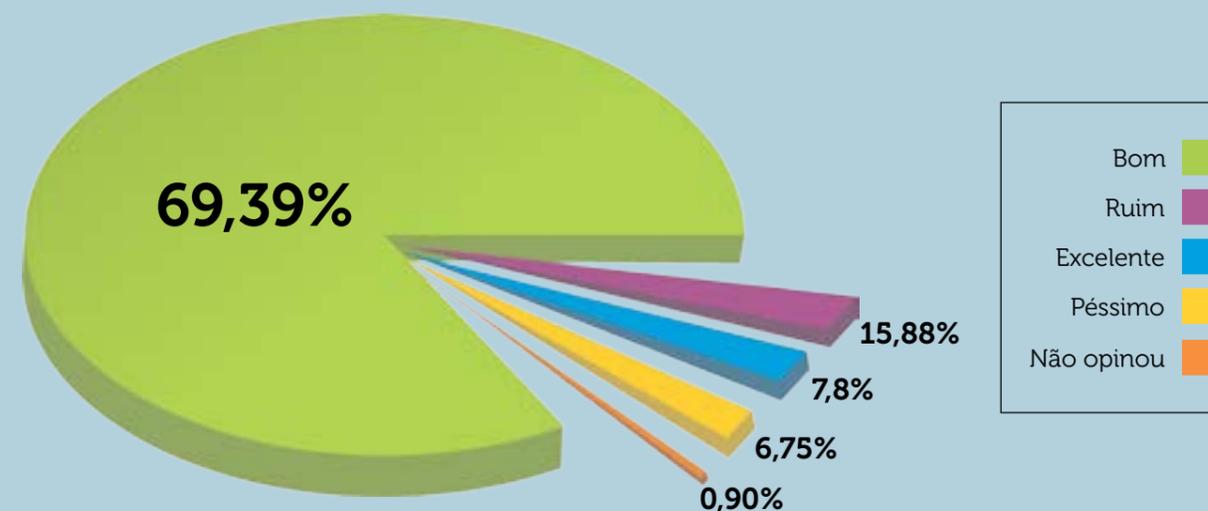


Secretário de Planejamento apresenta resultados da pesquisa na RAE

CONFIABILIDADE - Vale a pena procurar o Judiciário.



INFRAESTRUTURA - Como avalia os serviços prestado pelo TJBA?



ALEGRIA FORA DE CASA

Coordenadoria da Infância e da Juventude promove ações de socialização com cerca de 700 crianças de abrigos

Foi a primeira vez que o pequeno Rafael, 7 anos, saiu da instituição onde vive. Nos olhos, o brilho de quem ansiava uma manhã diferente daquelas do seu cotidiano. O menino seguia rumo a uma das estações do metrô de Salvador, onde encontraria outras dezenas de crianças na mesma condição que a dele.

O passeio começou e a ansiedade inicial se transformou em diversão. Os olhos do pequenino brilhavam e a cada estação, a interação com os companheiros de trem crescia. O passeio de trem urbano foi uma das inúmeras atividades promovidas pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), do Tribunal de Justiça da Bahia.

A unidade, que há cinco anos funciona sob a coordenação geral do desembargador Emílio Salomão Resedá, foi criada através do Decreto Judiciário de nº 0125, em 7 de abril de 2010, com fundamento na Resolução nº 94 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contendo entre as políticas de seu programa, o atendimento à infância e juventude.

“A coordenadoria foi concebida com o intuito de colaborar com os juízes de menores do Estado, à semelhança de todas as outras unidades da Federação, no sentido de preservar os direitos das crianças e adolescentes”, explica o magistrado.



Dentre as funções atribuídas a coordenadoria estão a de articular ações na área da infância e juventude, criar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário nesta área e dar suporte aos magistrados, servidores e colaboradores que trabalham visando a melhoria da prestação jurisdicional.

A CIJ tem ainda a função de elaborar projetos, intermediar convênios com organizações governamentais e não-governamentais e acompanhar propostas legislativas no Congresso Nacional ou na Assembleia Legislativa da Bahia.

Além disso, um dos seus principais objetivos é fazer com que esses meninos e meninas tenham direito ao entre-

de outras 100 crianças institucionalizadas. Ou seja, que vivem em abrigos. Ao longo de toda a manhã, a criança se integrou à vida da cidade e ocupou espaços públicos até então desconhecidos.

As crianças tiveram a oportunidade de passar por todas as estações, com direito a monitores do próprio metrô, que ainda liberaram a visita dos pequenos à cabine do condutor do transporte urbano sobre trilho.

“Essas ações representam o descortinar da realidade social para quem está fora da sociedade, porque está institucionalizado, mas que obrigatoriamente terá que compartilhar das ressonâncias sociais”, disse o desembargador Salomão

Nara Leão, sucesso nos anos 1970, ficou para trás. Pelo menos para as mais de 700 crianças que, no final do mês passado participaram de mais uma atividade extramuros promovida pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

A turminha vibrou sob a lona do circo montado em uma das avenidas mais movimentadas de Salvador, onde as crianças e adolescentes acolhidos por diversas instituições da cidade, puderam assistir, muitas pela primeira vez, a um espetáculo circense. Entre gritos de alegria e muita emoção, a meninada se divertiu a valer no Le Cirque que, gentilmente, proporcionou uma sessão especial com toda as atrações do espetáculo oficial. “Essa é uma alegria que o dinheiro não

Para o desembargador Emílio Resedá, ações como essas formalizam os direitos adquiridos por todos desde o seu nascimento. “O maior objetivo da Coordenadoria da Infância e da Juventude é promover meios necessários para a materialização dos direitos preconizados pela Lei 8069/90o ECA”.

A Coordenadoria da Infância e Juventude do TJBA planeja seguir trabalhando em busca de mais sorrisos e de mais dias especiais como os que vivenciaram o pequeno Rafael e outros 700 menores que experimentaram programas comuns à maioria das crianças, mas muito raros para eles.



Crianças acompanham atentas as atrações do circo



Desembargador Emílio Salomão Resedá, acompanha crianças institucionalizadas durante passeio de metrô

tenimento e a atividades recreativas, mesmo que pontualmente. Pensando nisso, no último mês de julho, a coordenadoria promoveu duas atividades lúdicas com grupos de crianças fora das instituições que os abrigam.

A primeira, foi um passeio de metrô que fez a alegria do pequeno Rafael e

Resedá, que acredita na inclusão social de maneira natural.”

Experiências Lúdicas

“Todo mundo vai ao circo, menos eu, menos eu, como pagar ingresso, se eu não tenho nada, fico de fora escutando a gargalhada.” A letra da canção de

paga. É uma ação que eu faço não só aqui em Salvador, mas em todo o Brasil com o maior prazer”, conta o proprietário, George Stevanovic. Segundo ele, em todas as cidades por onde passa, costuma fazer um trabalho social com o intuito de minimizar os traumas encontrados no dia a dia desses jovens.



Palhaço faz a alegria da garotada e dos monitores

MANUAL ORIENTA CARTÓRIOS

Guia de rotinas e práticas cartorárias adequa serviços ao novo código de processo civil

Manual, definem os dicionários, é um pequeno livro que trata da execução de determinada tarefa em determinado produto, a exemplo de um manual do tabelião ou manual do eleitor; outros trazem orientações sobre montagem e desmontagem de equipamentos. É uma mão na roda, dizem, informalmente, os que o utilizam; e aqueles que não o seguem, geralmente, sofrem com as consequências. Não se pode desconhecer seu papel nem desprezá-lo. Isso é um fato.

Considerando essa importância, o Tribunal de Justiça da Bahia organizou e implantou o Manual de Práticas e Rotinas Cartorárias Cíveis do Primeiro Grau de Jurisdição para adequar os serviços judiciários ao novo Código

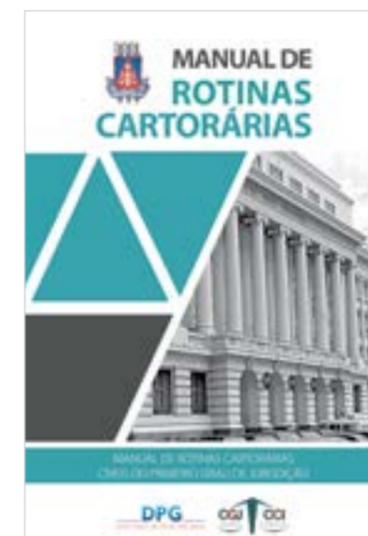
de Processo civil. O guia foi lançado no dia 19 de julho passado, no Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa, em Salvador, pela presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago.

A iniciativa não se baseia na ideia de que os serviços estejam sendo desenvolvidos de forma incorreta, mas sim de que os servidores necessitam de um instrumento atualizado, que possa facilitar a execução das atividades diárias na prestação jurisdicional.

Os servidores do Judiciário encontram no manual das práticas cartorárias uma ferramenta de auxílio na solução de demandas que, apesar de serem usuais, são alvo de dúvidas. Exemplos: como remeter autos



Servidores terão um instrumento atualizado que facilitará a execução das atividades diárias nos cartórios



Versão digital do manual está disponível no site do TJBA

ao Tribunal de Justiça em razão de recurso ou remessa necessária; preparação de processos para arquivamento. Tudo com uma linguagem simples e acessível.

Ainda, tabelas de prazos, procedimentos e artigos, fluxograma de procedimentos processuais e minutas de atos ordinatórios, além de um capítulo com a disposição de cada fase processual e seus respectivos atos que devem ser praticados pelo escrivão, diretor de secretaria ou servidor.

O conteúdo do manual, escrito de maneira bastante didática, regulamenta a forma de atuação das secretarias das varas de 1º Grau, de acordo com o que estabelece o Código Civil.

O trabalho de elaboração do manual desenvolvido por uma comissão mista formada por juízes e servidores indicados pela Corregedoria Geral da Justiça, a Corregedoria das Comarcas do Interior e a Presidência do Tribunal, tão logo encerrou-se o prazo de 30 dias, dado pela diretoria, para recebimento de sugestões da comunidade jurídica.

Na elaboração do documento, o GT se baseou na Instrução Padrão de Trabalho (IPT) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; no Manual de Práticas Cartorárias do Tribunal de Justiça de São Paulo; e contou com a colaboração da Corregedoria Geral de Justiça, Corregedoria das Comarcas do Interior, da Presidência do Tribunal de Justiça, além da participação de magistrados e servidores.



POR UM MUNDO MAIS VERDE

Tribunais baianos se unem para fortalecer as ações de sustentabilidade



Desembargadoras Maria da Purificação, Maria do Socorro, e Maria de Fátima, e a coordenadora de Ação Social Vanessa Santos, plantam mudas de ipê no TJBA com a ajuda de Robson Clarindo

Se você é um daqueles que reduzem a sustentabilidade a mero controle da vazão das torneiras ou do clique dos interruptores, preocupado apenas com consumo, já passa da hora de ampliar a definição e a aplicação desse tão amplo vocábulo. Como modelo de desenvolvimento e de valor institucional, sustentabilidade envolve ações econômicas, sociais e ambientais que possam assegurar, aí sim, a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais sem uma data limite.

As primeiras preocupações mundiais com o ambiente surgiram na Conferência de Estocolmo, na Suécia, entre 5 e 16 de junho de 1972, e ampliaram na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco92, no Rio de Janeiro. Daí, uma proposta da sustentabilidade foi consolidada como diretriz para a mudança de rumo no desenvolvimento, com a aprovação da Agenda 21, e surgiu um conceito de desenvolvimento sustentável para todos os países.

Nessa linha, o Brasil criou uma legislação específica e fortaleceu as políticas públicas, consciente de que tais ações sustentáveis devem ser desenvolvidas conjuntamente, e que nenhuma, de forma isolada, pode propiciar ganhos significativos no enfrentamento de desafios socioambientais.

Tanto que a Constituição Federal, no art. 225, diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial

à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. E de forma específica, estabelece a defesa do meio ambiente do trabalho no art. 200, inc. VIII. Daí segue que o meio ambiente é objeto do direito ambiental brasileiro.

Os reflexos desses avanços chegaram ao Poder Judiciário, inicialmente na esfera federal, depois às instituições estaduais, a exemplo do Tribunal de Justiça da Bahia, que também criou um núcleo socioambiental, seguido da implantação de um Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), como determinou a Resolução Nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo, estabeleceu o CNJ, é reduzir despesas, aplicar de forma eficiente os

recursos e promover o uso consciente de materiais.

Otimista quanto aos valores do Tribunal de Justiça da Bahia no tocante à responsabilidade socioambiental, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago, costuma dizer que a questão da sustentabilidade tem sido uma preocupação da sua administração. "Buscamos o consumo eficiente da água e da energia, a coleta seletiva e o uso racional de produtos e serviços, mas a prática da sustentabilidade não se resume apenas à questão ambiental, há também aspectos econômico e social", alerta.

Com o Núcleo Socioambiental e o Plano de Logística Sustentável (EcoPlan-PLS), o Tribunal de Justiça da Bahia tem como objetivo instituir e implan-

tar projetos que estabeleçam práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos no âmbito estadual. "A proposta é a inserção de práticas de sustentabilidade em diversas atividades do TJBA", defende a desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho, coordenadora do Núcleo Socioambiental.

Com essa proposta, o TJBA assinou, no último dia 26 de julho, um Protocolo de Cooperação Técnica, passando a integrar a Teia de Sustentabilidade do Poder Judiciário da Bahia, da qual fazem parte também o Tribunal Regional do Trabalho, o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal Regional Federal e o Tribunal de Contas do Estado. Juntos, os signatários irão propor, planejar e acompanhar programas e ações pactuados, com fixação

de metas anuais, visando a correta preservação e recuperação do meio ambiente.

O compromisso da administração pública com a responsabilidade socioambiental tem origem na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) criada pelo Ministério do Meio Ambiente em 1999. A agenda procura

incutir no gestor público, princípios e critérios de administração socioambiental da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Fundamentada pela política dos cinco erres (Repensar, Reduzir, Reaproveitar,

Reciclar e Recusar - o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significativos) a proposta da A3P estrutura-se em seis eixos temáticos prioritários: Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis; e Construções sustentáveis.

EIXOS TEMÁTICOS

Integrantes da A3P

USO RACIONAL DOS RECURSOS

Nos atuais padrões de produção e consumo, surge a cultura do desperdício, que ultrapassa as camadas de alta renda e paradoxalmente atinge as camadas menos favorecidas.

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador, ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

A Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, prevê, para a administração pública, a obrigatoriedade de licitar. Esse artigo foi regulamentado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

GESTÃO DE RESÍDUOS

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

As mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo dos servidores impactam diretamente na preservação dos recursos naturais, contribuindo para a qualidade ambiental e proporcionando a redução das emissões de gases de efeito estufa.

CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Construção sustentável denomina um conjunto de medidas adotadas durante as etapas da obra e visa a sustentabilidade da edificação. Através da adoção dessas medidas é possível minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente além de promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos ocupantes.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES SUSTENTÁVEIS

1

Primeira coleta de resíduos recicláveis de vasilhames de água mineral de 200ml, pelo Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário da Bahia (Ecoplan), entregues à Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava (Caec).

2

Participação no III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, no auditório externo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, sobre compras sustentáveis e melhorias nos editais de licitação.

3

Transformação da Comissão Permanente de Meio Ambiente, criada em 2010, no Núcleo Socioambiental do TJBA, que vai atuar de forma mais ampla, incluindo planejamento, implementação, monitoramento de metas e avaliação de indicadores de desempenho.

4

Uso de bebedouros em substituição aos copos descartáveis de água mineral e o uso de copos ou canecas em lugar de copos plásticos já se tornaram hábito em diversos setores do Tribunal de Justiça da Bahia, dentro do planejamento estratégico de políticas e medidas que estimulam a sustentabilidade.

5

Participação no Gestão consciente, administração pública eficiente, no Tribunal Regional do Trabalho – 5ª Região, no bairro de Nazaré, em Salvador.

6

Participação no Seminário Sustentabilidade na Administração Pública e no IV Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário, em Brasília.

7

Plantio de mudas de ipê na entrada principal do prédio sede do Tribunal de Justiça, no Centro Administrativo, em Salvador, pela passagem da Semana do Meio Ambiente.

8

Realização da 1ª Feira da Sustentabilidade do Judiciário baiano, no prédio-sede do TJBA, no Centro Administrativo da Bahia, pela passagem, a 5 de junho, do Dia Mundial do Meio Ambiente.

9

A desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho, coordenadora do Núcleo Socioambiental, anunciou, dia 14/7, medidas práticas que serão adotadas pelo Judiciário no uso sustentável de insumos e materiais.

10

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário da Bahia (Ecoplan) e o Núcleo Socioambiental debatem metas estabelecidas pelo plano de logística com vigência 2016-2020.

Fonte: Ascom TJBA



PRODUTIVIDADE EM ALTA

Ações promovidas pela diretoria de 1º Grau resultam na baixa e arquivamento de mais de 40 mil processos nas Varas de Fazenda Pública

A Comissão de Apoio às Varas de Fazenda Pública, através do Núcleo Fazendário e Previdenciário da Diretoria do 1º Grau do Tribunal de Justiça da Bahia realizou, no primeiro semestre deste ano, uma baixa e arquivamento de mais de 40 mil processos que circulavam nas Varas de Fazenda Pública de Salvador, Camaçari, Simões Filho e Feira de Santana.

Os números são relativos a uma série de ações realizados de 1º de janeiro à 30 de junho de 2017, e representam um acréscimo de aproximadamente 25% em relação as 30.063 baixas e arquivamentos realizados nas mesmas 16 unidades fazendárias contempladas durante todo o ano de 2016.

Instituído através de um decreto assinado pela presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto

Santiago, em setembro de 2016, a Comissão tem atuado em cooperação com o Governo do Estado e a Prefeitura de Salvador para apreciar e julgar ações de Execução Fiscal no âmbito do Poder Judiciário local.

A presidente do grupo, desembargadora Maria de Lourdes Medauar, explica que o grupo é responsável por realizar uma inter-relação entre o trabalho desempenhado pelo Tribunal de Justiça da Bahia no Projeto de Governança Colaborativa de Execuções Fiscais e no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), além de desenvolver um movimento de reorganização das Varas de Fazenda Pública da capital e do interior.

“O programa vem sendo de muito sucesso. Assim também pensam os magistrados envolvidos no programa uma vez que essas varas passaram por

saneamento e mutirões. Nós estamos em uma tentativa de reorganizar e reduzir o acervo e estoque de processos”, afirma a desembargadora.

O trabalho de saneamento nos acervos físicos e digitais tem o objetivo de aumentar a produtividade e aprimorar o tratamento de processos já julgados nessas unidades.

E foi justamente com o intuito de tornar a execução fiscal mais eficiente que foi realizado um trabalho de acompanhamento de rotinas cartorárias por meio da adoção de procedimentos de levantamento de dados, instrução, orientação e monitoramento contínuo das Varas de Fazenda Pública.

Entre as unidades contempladas por este trabalho, a 1ª Vara de Fazenda Pública de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, sagrou-se como

a de maior destaque, conseguindo realizar a baixa e arquivamento de 15 718 processos durante o período de saneamento. Os números registrados pela unidade no período representam um acréscimo de 52% em relação aos números de todo o ano de 2016, quando 7518 foram arquivados e baixados.

“Conseguimos arquivar uma quantidade enorme de processos, o que deu uma boa enxugada no acervo. Nós conseguimos enxergar isso fisicamente, inclusive. Antes, nós ficávamos rodeados de papel e processos físicos no cartório”, conta Euzinete Miranda de Cristo Dultra, diretora de Fazenda Pública de Camaçari.

Para ela, o movimento de enxugar o acervo proporciona uma atenção maior aos autos restantes e consequentemente uma maior velocidade no trânsito processual, o que é “su-



“

O programa vem sendo de muito sucesso. Nós estamos em uma tentativa de reorganizar e reduzir o acervo e estoque de processos

”

Desembargadora
Maria de Lourdes Medauar
presidente da comissão

per positivo” em sua avaliação. Dultra salienta que este esforço conjunto só fortaleceu uma rotina de trabalho que já existia para reduzir um acervo que era superior a 220 mil processos.

“Esse apoio da Diretoria de Primeiro Grau está sendo bastante positivo porque impulsionou o arquivamento que nós já realizávamos. Inclusive, no ano passado, no ranking das varas de fazenda pública nós ficamos em primeiro lugar em produtividade, justamente por conta do número de processos que conseguimos arquivar”, recorda.

A diretora de secretaria da 1ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, Maria Istella também destaca o papel desempenhado pelas procuradorias estadual e municipal da fazenda na empreitada. “Eles anteciparam as vistas dos autos para renunciar o prazo recursal. Essa renúncia do prazo recursal é muito importante quando um processo é ajuizado também”, opina.

A unidade em que Istella trabalha foi a segunda com melhor desempenho

durante a fase de trabalho conjunto, realizando o arquivamento e baixa de 4881 processos. Ela explica que a diminuição dos prazos foram reduzidos a partir do momento em que as promotorias recorreram menos dos processos em tramitação, o que colaborou para a redução do acervo.

“Antes de sabermos que esse saneamento ocorreria, nós separamos os processos no sentido de priorizar todos aqueles que estavam haptos a receberem sentenças e estavam prescritos. Na maioria desses processos, as sentenças foram por prescrição. Então, quando a equipe de saneamento chegou, já encontrou os processos devidamente separados por ano”, conta. A partir daí, os profissionais da Diretoria de 1º Grau e a equipe da unidade começaram a realizar o lançamento das sentenças.

Já a juíza titular da 2ª Vara de Fazenda Pública, Amanda Palitot, cuja unidade foi a terceira unidade melhor localizada no mutirão, classifica o trabalho de realizado pela Diretoria de 1º Grau como “imprescindível”. Durante o pri-

meiro semestre de 2017, a sua unidade realizou a baixa e arquivamento de 3877 processos.

Ela salienta que o trabalho de saneamento já vinha sendo realizado na vara desde o segundo semestre de 2016, quando magistrados foram designados para essa tarefa. Na ocasião, três varas da área da Fazenda Pública, e duas criminais, passaram a atuar exclusivamente com processos ligados à cobrança judicial do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e ao combate à sonegação fiscal.

“Esse foi o primeiro passo, e o mais importante para a melhoria dos desempenhos das varas de fazenda pública: a especialização”, avalia. Com sua unidade praticamente saneada, Palitot acrescenta que agora é de extrema importância que o restante do acervo da vara seja digitalizado e que os passivos de execução fiscal sejam redistribuídos, para garantir que cada unidade cuide efetivamente dos processos de sua especialidade. Ambos

os procedimentos devem ser realizados até o final deste ano.

Sugestões

“Não tem como um titular, seja eu ou outro, tratar de matérias diversas e poder dar uma atenção de qualidade a esses processos uma vez que você está com a matéria pulverizada. Eu aqui tenho minhas liminares para apreciar

todos os dias, mas também existe um acervo de setenta mil execuções fiscais. Eu tenho listas de processos do estado (que eu já não sou mais competente). Eu faço um pouquinho de cada coisa e sinto que não estou fazendo o meu melhor”, lamenta.

Para solucionar o problema ela sugere, por exemplo, a criação de um cartório integrado para as varas que têm compe-

tência de execução fiscal, padronizando o procedimento de redistribuição. “Seria uma troca, uma redistribuição mútua, em que cada um vai poder com a sua especialização e pela capacitação profissional, até com um aprofundamento maior dos estudos, dar decisões mais elaboradas, sem ser aquela coisa muito mecânica”, explica. Para a magistrada, isso ampliaria em uma melhora na rotina cartorária e na arrecadação.

PROCESSOS BAIXADOS E ARQUIVADOS

Unidades de Salvador	2016	2017
1ª Vara de Fazenda Pública	3252	4881
2ª Vara de Fazenda Pública	4039	3877
3ª Vara de Fazenda Pública	1289	1168
4ª Vara de Fazenda Pública	1424	2382
5ª Vara de Fazenda Pública	1267	1262
6ª Vara de Fazenda Pública	468	262
7ª Vara de Fazenda Pública	322	487
8ª Vara de Fazenda Pública	1625	571
9ª Vara de Fazenda Pública	1311	2609
10ª Vara de Fazenda Pública	1868	3548
11ª Vara de Fazenda Pública	361	1207
13ª Vara de Fazenda Pública	1291	600
Unidades do Interior	2016	2017
1ª Vara de Fazenda Pública de Camaçari	7518	15718
1ª Vara de Fazenda Pública de Simões Filho	325	180
1ª Vara de Fazenda Pública de Feira de Santana	3679	999
2ª Vara de Fazenda Pública de Feira de Santana	24	303



Vara do Júri de Feira de Santana destacou-se por baixa processual

Foram mais de 2.053 processos baixados de outubro de 2016 até hoje. A Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana que está sob os cuidados da juíza Márcia Simões Costa, titular há nove meses da unidade. A Vara recebe os mais diversos tipos de demanda, desde ações penais, inquéritos policiais, prisões em flagrantes e habeas corpus a prisões temporárias e preventivas.

3, segunda-feira

Nações Unidas elogiam audiências de custódia e programa Corra pro Abraço

O Núcleo de Prisão em Flagrantes do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), na Avenida Tancredo Neves, recebeu a visita do analista de Programa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Francisco Cordeiro, que acompanhou a realização de uma audiência de custódia.



4, terça-feira



TJBA promove consulta pública para cadastrar peritos em processos judiciais

Profissionais das mais diversas áreas podem se cadastrar no site do Tribunal de Justiça da Bahia para participar do Banco de Peritos no Programa de Apoio a Perícias Judiciais. O objetivo é proporcionar maior rapidez às perícias técnicas nos processos judiciais, a partir da ampliação das opções no banco de peritos.

6, quinta-feira



17, segunda-feira

TJBA lança Campanha do Agasalho

O Tribunal lançou campanha de arrecadação de agasalhos, visando minimizar os danos para as pessoas que vivem nas ruas. A campanha é uma promoção da Assessoria de Ação Social do Tribunal de Justiça da Bahia.

18, terça-feira



2ª Vara Cível de Alagoinhas recebe Selo de Unidade Virtual do TJBA

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, realizou a entrega do Selo Unidade Virtual à 2ª Vara Cível da Comarca de Alagoinhas, Região Metropolitana de Salvador. A premiação reconhece o trabalho desenvolvido na digitalização de todo o acervo processual físico das unidades judiciárias de Primeiro Grau que possuam sistema processual eletrônico.



19, quarta-feira

Servidores homenageados no lançamento do Manual de Rotinas Cartorárias

O Manual de Rotinas Cartorárias foi lançado no Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa, pela presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago. Na oportunidade, três servidores receberam uma placa como forma de homenagem do Tribunal pelos serviços prestados durante a edição do manual.



10, segunda-feira

TJBA amplia sistema de segurança com central de videomonitoramento

A presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, inaugurou a nova central de videomonitoramento, que conta com um sistema de 140 câmeras distribuídas no edifício-sede no Centro Administrativo da Bahia e outras 65 no Fórum Criminal de Sussuarana, totalizando 205 equipamentos.



10, segunda-feira



Tribunal lança quinto volume da revista técnico-científica Entre Aspas

A sede da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça da Bahia (Unicorp), foi o local do lançamento do quinto volume da revista Entre Aspas. A publicação, tem como objetivo valorizar e difundir a produção técnico-científica de servidores e magistrados do Poder Judiciário da Bahia. A revista traz 17 artigos, entre jurídicos e de boas práticas do Judiciário.

14, sexta-feira



20, quinta-feira

Barreiras instala Vara do Júri e Execuções Penais e unidade do CEJUSC

A Comarca de Barreiras, ganhou uma unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC). O centro foi inaugurado pela presidente do TJBA, Maria do Socorro Barreto Santiago, que também instalou no município, que é o maior produtor de grãos do país, uma Vara do Júri e Execuções Penais.



20, quinta-feira



Aplicativo TJBA Cidadão ganha novas funcionalidades após atualização

O TJBA Cidadão ganhou uma série de novas funcionalidades. As atualizações promovidas pela SETIM têm como público alvo os servidores e magistrados da Corte baiana. Agora, o aplicativo permite ao usuário consultar seu contracheque e emitir certidões de férias, usufruídas ou não, dentre outras novidades.

24, segunda-feira

A desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus, presidente do Comitê Gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau do TJBA, foi uma das palestrantes do VI Encontro Catarinense de Direito de Família, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família, Associação dos Magistrados Catarinenses e Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina, em Balneário Camboriú.



TJ SOCIAL *por Adriana Barreto*



Elbia Araújo e Freddy Pitta Lima

DIA DO MAGISTRADO

O presidente da Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), Freddy Pitta Lima, é conhecido por adorar uma festa e armou uma das boas para comemorar o Dia dos Magistrados, 11 de agosto. Os magistrados associados receberam o convite e fizeram o RSVP por Whats App mesmo. Ele e Elbia Araújo, 2ª vice-presidente da Associação, foram os anfitriões da feijoada de confraternização, que contou com o lançamento da primeira edição da revista da AMAB e coro de 'parabéns pra vc' para Freddy, o aniversariante do dia 6 de agosto. A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, se fez presente através de um vídeo onde parabenizou os colegas pelo seu dia, e foi super aplaudida. Quem circulou por lá? Aos flashes!



Mário Albani Júnior
(1º Vice-Presidente da AMAB)



Marielza Brandão, Lisbete César Santos e Márcia Mascarenhas



Alberto Raimundo e Cynthia Resende



Ricardo Medeiros, Abelardo da Matta e Carlos Simaro



Horácio Pinheiro e Andraia Miranda



Ana Lúcia Souza, Socorro Habib e Angela Bacelar



Darilda Meyer e Benício Mascarenhas



Benedito dos Anjos, Paulo César Ribeiro, Rosalvo Augusto Vieira e Paulo Sérgio Oliveira



Lina Falcão, Patrícia Didier, Márcia Gottschald, Virgínia Vanderlei e Tâmara Libório



Eduarda Vidal, Rosa Castro e Suelvia Reis Nemi



Michelle Patrício e Arnaldo Lemos



Ícaro Matos e Paulo Jorge



Alessandra Vasconcelos, Micheline Bittencourt, Andremara dos Santos e Vinícius Simões



Adriana Sales, Márcia Christie e Ana Carena Nobre



Cássio Miranda, Eduardo Carvalho, Joselito Miranda e Givandro Cardoso



Fátima Vilas Boas, Mário Albani e Janete Fadul



Gustavo Miranda e Pedro Godinho

Fotos: Lais Ramos

O futuro é um pesadelo infértil em **O Conto da Aia**

“Vendo Raquel que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã, e disse a Jacó: Dá-me filhos, senão eu morro. Então se acendeu a ira de Jacó contra Raquel; e disse: Porventura estou eu no lugar de Deus que te impediu o fruto do ventre? Respondeu ela: Eis aqui minha serva Bila; recebe-a por mulher, para que dê a luz sobre os meus joelhos, e eu deste modo tenho filhos por ela”

Livro de Jacó

Imagine um mundo em que a poluição e o avanço de doenças sexualmente transmissíveis tornaram os seres humanos inférteis. Em um futuro assim, as mulheres capazes de engravidar seriam tratadas à pão de ló, certo? Não é o que acontece em *O Conto da Aia*, distopia escrita pela canadense Margaret Atwood.

Publicado no Brasil pela editora Rocco e originalmente escrita em 1885, o livro vem sendo redescoberto por uma nova geração graças ao sucesso do seriado *The Handmaid's Tale*, que concorreu em 13 categorias do Emmy 2017 e é exibida pelo serviço de streaming norte-americano Hulu.

Contudo, é na observação do noticiário nosso de cada dia, da disseminação de uma supergonorreia à guinada

de um pensamento moral reacionário no campo político, que a obra fundamenta seu caráter assustadoramente atual e relevante mesmo 32 anos após sua primeira publicação.

No futuro de *O Conto da Aia*, os Estados Unidos foi rebatizado de Gilead e se tornou uma ditadura teocrática. Uma nova ordem por excelência patriarcal é estabelecida, e diversas minorias têm seus direitos caçados. Nesse contexto, as mulheres férteis são capturadas e encaminhadas para servir as famílias mais poderosas da nação.

Designadas como Aias, essas mulheres são obrigadas a se deitarem com os chefes dessas casa todos os meses, durante seus períodos férteis até que engravidem, de acordo com os parâmetros estabelecidos por um trecho

do livro bíblico de Jacó (no caso, o que abre este texto).

Escrito em primeira pessoa como o relato de uma dessas mulheres, o livro apresenta uma narrativa envolvente e angustiante, que torna a leitura frenética. A obra também reflete sobre controle social, repressão legitimada por argumentos religiosos e a vigilância perversa que o estado exerce sob os corpos (principalmente os femininos).

Atwood mostra a sobrevivência como um exercício de pequenos atos de resistência realizados para fortalecer a esperança em dias melhores e resguardar alguma dignidade individual. Contudo, por fim, *O Conto da Aia* essencialmente explora a percepção de que determinadas situações são essencialmente irremediáveis.

O Conto da Aia | Margaret Atwood
Editora Rocco | R\$ 28,90



GLOW: Lugar de Mulher é... no Ring!

Disponível no catálogo do serviço de streaming Netflix desde o último dia 23 de Julho, *GLOW* é a nova comédia dramática produzida por um dos criadores da celebrada *Orange is the New Black*. Ambientada na década de 1980, a série é protagonizada por duas atrizes vividas por Alison Brie (*de Mad Men*) e Betty Gilpin (*de American Gods*) que acabam envolvidas na produção de um programa de luta livre protagonizado por mulheres.

Formado por um elenco majoritariamente feminino, a série constrói suas situações cômicas a partir da interação de um grupo extremamente heterogêneo (em múltiplos e variados sentidos), que acaba obrigado a conviver em um espaço limitado em nome de um objetivo comum. A reconstituição dos cabelos e figurinos oitentistas é caprichada, assim como a trilha sonora.

O mais curioso é que a história da série é baseada em um programa de televisão norte-americano que realmente existiu entre 1986 e 1990. Inclusive, o *GLOW* original (sigla para *Gorgeous Ladies of Wrestling*, ou *Mulheres Maravilhosas da Luta Livre* em tradução literal) teve quatro temporadas exibidas no Brasil pelo SBT com o nome de *Luta Livre Para Mulheres*.

Com uma primeira temporada composta por 10 episódios de meia hora cada, o *Glow* (o da Netflix) é uma diversão despreocupada e perfeita para um final de semana caseiro.

Que existem vários livros, filmes, artigos e programas falando sobre justiça nós já sabemos. O que nem todo mundo conhece é o podcast Salvo Melhor Juízo (SMJ), em que assuntos relacionados ao universo jurídico são tratados de uma maneira dinâmica e simples, sendo acessível aqueles que não entendem o juridiquês.

Apresentado por Thiago Hansen, professor de História do Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Centro Universitário Unicuritiba, por Carolina de Quadros, advogada especialista em direito do trabalho e por Gustavo Favini servidor público do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), o SMJ procura mostrar ao ouvinte que falar sobre direito pode ser mais simples do que se imagina.

Alguns temas já abordados no SMJ foram: 'Acordo legal', Liberdade de imprensa, 'Guerra entre facções', 'Mercados ilegais', dentre outros. Para fortalecer o debate, convidados especialistas no assunto do dia sempre são levados a bancada do podcast.

Todos os episódios podem ser ouvidos através do site salvomelhorjuizo.com. Já para quem preferir escutar o programa em dispositivos móveis, os episódios podem ser acessados pelo Itunes (no sistema IOS) ou através de aplicativos agregadores de podcasts como o Podcast Republic (voltado para usuários da plataforma Android).



Retrato da Feira de São Joaquim
Juiz Maurício Albagli Oliveira



Igara
Juíza Lidia Izabella Gonçalves de Carvalho Lopes



Carlos Machado
Secretário Judiciário

Tirando de letra

Na última edição de nossa revista, anunciei que iniciáramos um rodízio nesta coluna, como forma de incentivar a participação dos colegas. A ideia é manter fixo este espaço e permitir uma diversidade de visões sobre a nossa língua, circunstância que não coaduna com a fixação de uma titularidade. Contudo, os textos prometidos não chegaram (alguns ainda estão no prazo) e, para este número, ficamos sem material. Diante disso, atendendo a inúmeros pedidos, aqui estou mais uma vez, mostrando que na língua portuguesa pode-se ser interinamente permanente. Assim, para decepção de muitos e alegria de minha mãe (que teve muito trabalho para fazer aqueles inúmeros pedidos), vamos continuar a nossa prosa mensal.

No dia 17 de Julho último, ocorreu a segunda RAE (reunião de assuntos estratégicos), oportunidade em que vários integrantes da administração expuseram projetos de suas respectivas áreas. Chamou-me a atenção, na exposição da competente Joana Pinheiro, secretária geral da Universidade Corporativa, o grande número de capacitações realizadas. Ao explicar que a Unicorp atua de forma presencial e por EAD, Joana escreveu assim: ensino à distância. A nossa proposta é abordar a língua portuguesa a partir de situações comuns ao nosso meio, e Joana nos deu excelente oportunidade.

A crase é um fenômeno que ocorre quando duas vogais idênticas se encontram no interior de uma frase. Não se limita à fusão de (a + a), mas essa é a versão que nos interessa aqui. O primeiro "a" é uma preposição; o segundo, o artigo definido feminino. A crase, portanto, (nessa hipótese) ocorre apenas antes de substantivos femininos que podem ser determinados pelo artigo definido a. Entre as muitas formas de identificar a crase, uma bastante difundida é a troca do substantivo feminino por um substantivo masculino. Se a contração aparecer (a+o = ao), é porque há crase. Veja: vou à aula. Vou ao cinema. A preposição está presente nos dois casos (quem vai, vai a algum lugar). Que lugar é esse? A aula; o cinema (trocar a aula pelo cinema foi um exemplo, não um conselho; mas o problema é seu). No primeiro caso, o "a", preposição, se uniu romanticamente ao "a", artigo definido feminino, e formaram um único "à". No segundo exemplo, ele não quis saber de mistura.

Ficou perto do "o", mas na base do cada um na sua, daí o "ao". Qualquer semelhança com as fases do casamento é mera coincidência premeditada.

Mas voltemos a Joana, ou melhor, ao que ela escreveu. Ensino à distância é uma locução adverbial (locução adverbial é um conjunto de duas ou mais palavras que, agrupadas, exercem função de advérbio. Se não entendeu, pergunte ao doutor Neuracy, por favor; o espaço aqui é curto). Ocorre que muitos gramáticos defendem que, diante do substantivo feminino distância, só se usa o acento indicador de crase se houver a formação de locução prepositiva, ou seja, se tal substantivo estiver acompanhado da preposição de. Ex: "Doutor Neuracy fica lá na chefia de gabinete, à distância de 20 metros da presidência" (aproveite e pergunte a ele o que é locução prepositiva). Ensino à distância é locução adverbial e, portanto, por essa ótica, não se poderia usar o acento indicador da crase. Será?

Vamos nos encontrar à noite; pagarei à vista; ficaremos à vontade. Essas são locuções adverbiais formadas com substantivos femininos, e, em todas elas usamos o acento grave sem constrangimento. Só essa circunstância já seria, ao meu ver, o suficiente para abonar o uso desse acento também em "ensino à distância". Contudo, independentemente da ocorrência de crase (fusão de a+a), o acento grave também é usado como diferencial, com o propósito de evitar ambiguidade. Vamos lá: vendi a vista (coitado, ficou cego); vendi à vista (parabéns; dinheiro garantido!). Veio a tarde (nem vi que a manhã já tinha acabado, preciso terminar este texto); veio à tarde (e não me encontrou? Vai ver eu ainda estava escrevendo). Ele lavou a mão (qual? A direita ou a esquerda?); ele lavou à mão (tome vergonha! Compre uma máquina ou mande a roupa para a lavanderia).

Percebeu? Em todos esses exemplos não havia casamento de a+a, mas eles juntaram os trapinhos assim mesmo, em nome da clareza. É o que ocorre em "ensino a/à distância". Distância é uma matéria que está sendo ensinada ou as aulas são dadas de longe? Se você continua preferindo estudar a distância, tudo bem; quando aprender bastante sobre ela certamente vai valorizar a proximidade. De minha parte, vou estudar à distância pela Unicorp. Alô, Joana! Tem uma valguinha pra mim?



Venha fazer a
revista com a gente!



Revista Eletrônica

TJBA
em Ação

Mande sua sugestão para ascom@tjba.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA